



EXÉRCITO

Coordenador: Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

I — CAVALARIA DE MATO GROSSO

Ten-Cel J. M. AMBRÓSIO

O Cel Ambrósio é oficial de Estado-Maior e serve há vários anos no QG da 4ª DC. É conhecedor profundo da região e das condições de vida dos vários elementos daquela Divisão.

No presente artigo, êle nos dá uma idéia do inestimável trabalho de reconhecimento que é realizado, como rotina, pelos abnegados cavalarianos que servem nas guarnições longínquas de nossas lindes mato-grossenses. Os obstáculos sem conta que dificultam os reconhecimentos naquelas paragens distantes do território nacional bem demonstram o espírito de iniciativa e a "rusticidade para o cumprimento da missão" que constituem apanágios da "Cavalaria de Mato Grosso".

1. INTRODUÇÃO

O ambiente

- Estamos em território mato-grossense, zona sul do Estado, na faixa fronteiriça com a República Irmã, terra de Solano Lopez.
- Campos limpos e matas densas; terra arenosa e calcária; cabeceiras de inúmeros formadores sejam do Iguatemi, Jejuí, Amambaí ou outros; chapadões largos e imponentes.
- Tudo é vasto, variado, surpreendente.
- Às vezes, o sol nasce beijando a relva das planícies infinitas e outras, êle não consegue, nem sequer de leve, aquecer as fôlhas

- úmidas e de camada espessa que atapetam as densas florestas dos divisores.
- Abraçando-se nesses 800 km de fronteira, ali estão o 10º RC (BELA VISTA) e o 11º RC (PONTA PORÁ); vasculham os verdejantes campos e se debruçam na linha onde termina o Brasil.
 - Vamos viver, por alguns dias, a vida do "tropier" e, dentro desta, a de um cavalarião.
 - Sim, e será a de um 1º Tenente de Cavalaria.
 - O homem? Eu vos apresento: 1º Tenente de Cavalaria Hugo José da Silva, Cmt do III Esqd do 11º RC, na época.
 - Oficial simples, modesto, decidido, "para frente". A ele, dedicamos o relato do seu próprio trabalho.

Reconhecimento de Cavalaria

a. Preliminares

- O Cmt do 11º RC, Cel Cav EM Luiz Francisco de Mattos determinou aos seus diversos esquadrões as mais variadas missões de Campanha, visando com isso movimentar a tropa como consequência, também, das próprias diretrizes da GU, no caso, a 4ª DC.
- Entre as missões dadas, somente vamos nos deter naquela que o 1º Ten Hugo recebeu:

"Com os seus próprios meios, reconhecer os eixos":

- 1) PONTA PORÁ — JAGUARETÊ — AMAMBAÍ;
 - 2) AMAMBAÍ — PARANHOS — ANTÔNIO JOÃO — AMAMBAÍ;
 - 3) AMAMBAÍ — TRÊS BARRAS — AMAMBAÍ;
 - 4) AMAMBAÍ — IGUATEMI — AMAMBAÍ.
- A etapa n. 1, dentro de uma situação tática e, nas demais, a execução de reconhecimento completo e vigilância sobre contrabando de café, ao longo dos eixos.
 - Total do percurso: 864 km, ou cerca de 144 léguas.

b. Execução

- (1) PONTA PORÁ — AMAMBAÍ (101 km)

- Por força dos diversos exercícios que realizou com o seu Esquadrão, o Ten Hugo dividiu o reconhecimento em três etapas. Durante as etapas o Esquadrão resolveu as situações táticas criadas: ataque aéreo, ataque de carro, lançou Vg e Flg. Em todas as etapas, sempre bivacou. Executou suas marchas, com início às 04,00 horas diariamente, e realizou instrução noturna. Acantonou na última etapa,

no Dst de Amambaí, onde o seu Esquadrão tem o seu 2º Pel, destacado. Esse Pel incorporou-se, então, ao Esquadrão Hugo, para o restante da execução. A cavahada correspondeu plenamente ao esforço solicitado.

(2) *Em AMAMBAÍ*, executou o Ten Hugo a série de providências de ordem administrativa determinada pelo Cmt do RC.

— Em seguida, o Ten Hugo tomou a seguinte decisão:

(a) determinou ao 2º Pel (Ten Haroldo) o reconhecimento até IGUATEMI (246 km ida e volta);

(b) determinou a 1 GC (Sgt Ivan) o reconhecimento até TRÊS BARRAS (84 km ida e volta);

(c) avocou a si, com o Esqd (—), o reconhecimento AMAMBAÍ — LAGUNA VERÁ — PARANHOS — ANTÔNIO JOÃO — SANTA CATARINA — AMAMBAÍ (332 km).

(3) *Rec AMAMBAÍ — IGUATEMI*

— Quem tem pela frente uma carta topográfica do Município de AMAMBAÍ do Estado de Mato Grosso vê, bem assinalada, a estrada AMAMBAÍ-IGUATEMI. De fato, ela existe; e, dentro das existentes, neste canto, ali perto do Rio PARANÁ, ela presta bom serviço. É regular, terreno arenoso e permite circulação única. IGUATEMI tem 200 habitantes. Vive de criação de gado e da erva mate.

— Não há médico; há uma escola primária. O pôrto da vila é distante 6 km: Pôrto Pirai, nas margens do IGUATEMI, rio navegável de PÔRTO 1º DE OUTUBRO até GUAÍRA, no Rio PARANÁ.

— Largura máxima de 50 m e profundidade máxima de 6 metros.

— A região tem regulares possibilidades de vida, no entanto, sem assistência social.

— O reconhecimento foi feito em 4 etapas, sem novidades.

(4) *Rec AMAMBAÍ-TRÊS BARRAS*

— Percurso: 84 km — 2 etapas.

— O Ten Hugo, face às informações locais, teve iniciativa e agiu bem, quando determinou fôsse o valor desse Reconhecimento de 1 GC. Isso porque a “estrada” não permitia, nem sequer, o deslocamento de uma viatura hipomóvel. Reduziu o efetivo e fez o abastecimento de víveres e forragem com dois cargueiros.

— O extrato final da missão cumprida pelo Sgt Ivan é o seguinte:

“Estrada — péssima, arenosa, atoleiros e também através campos.

Pontes — não existem e a estrada passa por vaus muitas vêzes de transposição difícil.

Região de TRÊS BARRAS — 5 casas — moradores brasileiros — Existe maleita — Plantações, só de mandioca e milho.

Região sem assistência alguma.

A cavalhada nada estranhou; nenhum ferimento.”

(5) Rec AMAMBAÍ — PARANHOS — ANTÔNIO JOÃO — AMAMBAÍ

— O Ten Hugo escolheu, e muito acertadamente, o reconhecimento mais importante para ser percorrido pessoalmente pelo comando do Esqd; e o relato desse trecho, merece nossa atenção.

(a) AMAMBAÍ — LAGUNA VERÁ

— Percurso de 45 km — 7 horas.

— A estrada existente dificulta sobremodo o deslocamento de qualquer viatura moto e suprime o deslocamento de coluna motorizada.

— O piso é demasiadamente arenoso e isso produz, além do desgaste excessivo de combustível, o superaquecimento do motor, além de vários entupimentos pela areia fina. Tal informação, aqui prestada pelo Tenente Hugo, confirma plenamente a que pessoalmente colheu, em tôda essa fronteira, o Chefe do EM da DC quando a percorreu com o EMD, acompanhando S. Exa. o Exmo. Sr. Gen. Francisco Damasceno Ferreira Portugal, então Cmt da 4ª DC. S. Exa. percorreu tôda a fronteira em seus mínimos detalhes. Evidentemente, só percorrendo e sofrendo as agruras se poderá decidir algo sobre as necessidades e providências.

— LAGUNA VERÁ é uma fazenda; criação de gado.

Não há recurso médico e não há Escola. Não há assistência social.

(b) LAGUNA VERÁ — FAZENDA SANTA CLARA

— Percurso de 44 km em 13 horas.

Estrada — Péssima. A Vtr de 1,5 t que levava víveres para o Esqd gastou 12 horas para vencer o percurso; quase o mesmo que a coluna hipo. A viatura teve superaquecimento. Não existem pontes.

Região — Tem aspecto desértico. Abundância de mosquitos e mutucas. Calor insuportável.

População — Inexistente — Não há casa até 10 km da Fazenda SANTA CLARA.

— É um trecho semimorto no percurso realizado. A cavalhada chegou bem. Bivague no fim da jornada.

(c) FAZENDA SANTA CLARA — PARANHOS

— Percurso de 50 km — 9 horas.

Estrada — Idêntico aspecto até o Rio IGUATEMI, quando o piso deixa de ser arenoso; a estrada apresenta “facões” — sulcos profundos produzidos pelas carretas. O “jeep” não se acomoda nesse trecho: tomba ou “encavala” se o motorista facilitar.

Região de PARANHOS

- Já estivemos nessa povoação, situada na linha da fronteira. À sua frente, a localidade de Ypê Hum, paraguaia.
- A insegurança é notável: ausência completa de garantia.
- Ypê Hum: já teve dias melhores. Ainda que com aspecto de aruamento, está em decadência bem acentuada.
- PARANHOS é um aglomerado de casas, espalhadas pelas capoeiras e em tórno de um banhado.
- Não existem ruas. Possui uma Escola Primária. Não existe força federal ou estadual. Simplesmente, um subdelegado; um abnegado. Produto da região: erva-mate em muito pouca escala e isso porque o escoamento que existe é precário.
- A população aproximada de PARANHOS, cêrca de 500 habitantes. São falados tanto o português como o guarani. Corre a moeda guarani. Quando lá estivemos, em 1957, reconhecemos a área reservada para escolha da futura sede do destacamento do então sonhado III Esqd Hipo do 11° RC. É a mesma que o Ten Hugo visitou: situada ao lado de uma grande lagoa e possuindo vasto erval nativo.
- E aqui reafirmamos a nossa exposição de motivos quando solicitamos fôsse destacado para PARANHOS 1 GC, efetivo completo.
- Há necessidade da nacionalização da fronteira para fazer sentir aos brasileiros, ali moradores, que o govêrno não os abandona.
- Há necessidade do govêrno estadual dar assistência social. É grande a esperança daqueles patrícios, quando sentem a possibilidade do aquartelamento de uma força federal em seu meio. Só quem viaja, vara cerrados e transpõe matas densas para chegar àquelas paragens, pode calcular o que seja uma segurança de corpo e espírito para poder fazer algo para o seu próprio sustento.
- A angústia é tanta, que nós nos sentimos chocados quando nos dão terreno, prometem madeira para o quartel e até oferecem mão-de-obra.

(d) Rec PARANHOS — ANTÔNIO JOÃO

- É preciso que se diga, e logo de início, que não se pode ir, de viatura, de PARANHOS para ANTÔNIO JOÃO, diretamente. É necessário ir até CURRALITO e daí para ANTÔNIO JOÃO e em má estrada. Pela fronteira, somente a cavalo.
- O Ten Hugo dividiu em duas etapas o percurso:

i. PARANHOS — IPACURI

Percurso de 45 km —12 horas.

- Todo o percurso foi feito em picadas pela mata densa; houve necessidade de desvios, pois em vários pontos existiam árvores gigantes caídas, impedindo a passagem da coluna hipo.

- Caminho inteiramente impraticável para elemento motorizado.
- Não existem pontes. A cavallhada nada sentiu e fêz o percurso no mesmo rendimento anterior. É preciso que se diga que a Cavallaria de Mato Grosso é remontada pelos cavalos crioulos, mato-grossenses, bons, fortes, porte de 1m 42; é mansa e acostumada a marchar.

ii. IPACURI — ANTÔNIO JOÃO

Percurso de 60 km — 13 horas.

- Percurso com as mesmas características, não permitindo, em absoluto, o emprêgo de viatura.
- Região ANTÔNIO JOÃO
- Ao contrário de PARANHOS, a localidade de ANTÔNIO JOÃO tem arruamento e as casas são, algumas, de alvenaria. Montada na linha da fronteira tem, à sua frente, a localidade paraguaia de Cap BADO.
- Do outro lado, em Cap BADO, existe fôrça paraguaia aquartelada, efetivo de 13 homens, comandado por Oficial.
- É justamente dessa localidade, que vem tôda a assistência social para a população brasileira de ANTÔNIO JOÃO: médico, escola e ... até segurança pessoal! Também já estivemos em ANTÔNIO JOÃO e visitamos as duas áreas disponíveis ao aquartelamento do Pelotão Hipo, que para lá seria destacado.
- Por enquanto, em ANTÔNIO JOÃO, existe ausência completa de fôrça federal ou estadual.
- Nenhum pavilhão nacional é hasteado do lado brasileiro. Em Cap BADO, diàriamente é hasteado, bem ali na linha de fronteira, o pavilhão tricolor, no quartel paraguaio.

(e) Reconhecimento

— ANTÔNIO JOÃO — SANTA CATARINA

- Percurso de 48 km — 7 horas.
- Nesse trecho o piso continua arenoso e com certos atoleiros.
- De SANTA CATARINA para CURRALITO e AMAMBAÍ, a estrada melhora um pouco.

(f) Regresso

- De AMAMBAÍ — o Esqd, após se reagrupar, marchou para o corte do Rio AMAMBAÍ; depois JAGUARETE, SANGA PUITÁ, PONTA PORÁ "onde chegou com a cavallhada em muito bom estado, tropa com moral elevada, em condições de entrar em combate" provando,

dessa maneira, o III Esqd Fzo, comandado pelo 1º Ten Hugo José da Silva, as possibilidades da Cavalaria Hipo.

(g) Terminados os reconhecimentos acima mencionados, coube ainda, ao III Esqd do Ten Hugo, outra missão idêntica, desta vez na direção de PONTA PORÁ — MAIMI — COLÔNIA PRESIDENTE DUTRA — ANTÔNIO JOÃO — TAPIQUIRI — AMAMBAÍ — PONTA PORÁ.

— O Esquadrão realizou o seu deslocamento em etapas diárias entre 45 e 55 km, bivacando em fim de cada jornada, para reiniciar movimento às 04,00 horas do dia seguinte, percorrendo, desta feita, mais 350 km e constatando que as “estradas”, quando existem, são arenosas, sinuosas, sem pontes, com sérios atoleiros, e impraticáveis para movimento motorizado, com a exceção do trecho PONTA PORÁ — AMAMBAÍ.

— O trecho entre MAIMI — COLÔNIA PRESIDENTE DUTRA — apresenta trilhos e picadas que permitem passagem somente de cavaleiro em coluna por um, até SANTA CATARINA, já muito perto de ANTÔNIO JOÃO.

— Somados aos 864 km, o III Esqd marchou desse modo 1.214 km, em boas condições. Sua cavalhada está gorda, trabalhada, em condições de emprêgo.

2. a. Pelo que acabamos de verificar e atendendo às condições econômicas da região, ausência completa de estradas e mesmo de pontes nos córregos onde os trilhos e picadas atravessam, em plena mata densa, torna-se desaconselhável o emprêgo de tropa motorizada.

Solicitamos o guarnecimento daquela faixa, com o III Esqd de Cav, hipo, em AMAMBAÍ, destacando para ANTÔNIO JOÃO e PARANHOS. É de grande efeito para a nacionalização da fronteira.

Sabemos, pois, que a permanência de qualquer elemento, valor de GC ou Pel, na linha de fronteira, é sobremodo de valor moral inacreditável: alimenta esperanças, tranqüiliza a população e impõe respeito. O revezamento da tropa seria mensal e, com isso, as estradas percorridas pelos elementos hipo seriam vasculhadas e vigiadas.

Acreditamos, e o valor dos reconhecimentos efetuados pelo Ten Hugo assim comprovaram, que somente uma CAVALARIA HIPO poderá cumprir com plena exatidão, qualquer missão naquele recanto desconhecido, próprio para nêle se aventurarem aquêles que são forjados na audácia, iniciativa e vividos na dificuldade e rusticidade para o cumprimento da missão.

b. Parabéns para a CAVALARIA HIPO, tão bem representada aqui, pela “CAVALARIA DE MATO GROSSO”.

Parabéns, Tenente Hugo José da Silva!

Parabéns, 11º RC de PONTA PORÁ!

X

II — EXÉRCITO E POLÍTICA

General JOÃO PEREIRA

Entre os fatores mais ponderáveis de desagregação de um exército, tenho para mim que nenhum haverá que sobreleve a velha e universalizada política de partidos, ou de facções.

Com ter o exército por fim precipuo a guerra, só no sentido de poder fazê-lo nas melhores condições imagináveis, é que se devem nortear, invariavelmente, os seus pensamentos e os seus esforços. Os exércitos em que, ao invés de se consagrarem, de corpo e alma, indefessamente, beneditinamente, à sua preparação para a guerra, aquêles que os constituem se repartem em grupos de opiniões políticas diversificadas, consoante as suas conveniências, confessáveis ou inconfessáveis, são exércitos, evidentemente, que jamais hão de estar à altura da sagrada missão que lhes comete a pátria.

As lutas políticas, ou religiosas, foram em todos os tempos, e por tôda a parte, as mais fecundas geradoras de ódios e de prevenções. Assim, tudo quanto se fizer por afastá-las das instituições armadas, será, sempre, obra do mais puro e louvável patriotismo.

A política é que cortou, de maneira insidiosa e desapiedada, os fortes laços de velho afeto e admiração que uniam os dois vultos mais laureados de nossa história militar — Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, e Manuel Luiz Osório, Marquês do Herval.

Verdade seja que fácil não foi, senão sobremodo remorado e agro, o trabalho daqueles que a manejaram na objetivação dessa obra de impatriotismo. A força do mal, porém, é irresistível. Veio, afinal, o incidente parlamentar provocado por José Inácio Silveira da Mota, senador goiânico, em que Caxias, já carregado de anos e enfermidades, e, ainda, por maior desgraça, sem grandes pendores pela tribuna, se achou na dura obriga de levantar-se, ante os seus pares, para defender-se de acusações articuladas contra êle, pelo seu colega, e em que êste envolvia o nome do General Osório, e, aí, já não houve como atalhar o rompimento entre os dois inclitos soldados, indígetes da nacionalidade.

Recopilemos o acontecido.

Discursando no Senado, em meados de 1870, quando se tratava, ali, da fixação da força de terra e da resposta à fala do trono, Silveira da Mota, que, como Osório, pertencia ao Partido Liberal, fundado por Feijó, em 1835, valeu-se da oportunidade que lhe ensejava o assunto em exame, e entrou a incriminar Caxias, que era filiado ao Partido

em 1840, por Araújo Lima, de haver falsificado, no *Diário de Operações do Exército* do Marquês do Herval

a verdade, no Diário de Operações do Exército, com respeito à atuação do Marquês do Herval, no célebre combate de Itororó, e, o que mais é, para diminuí-la. Enfeixados, depois, em folheto, os três discursos que pronunciara, então, o senador goiano, foram êles endereçados ao General Osório, que os recebeu em Pelotas, no dia 13 de julho de 1870, ao tornar de largo passeio pela campanha do Rio Grande.

Embora, sabida e proclamadamente, homem de impressionante simplicidade e desambicioso de glórias, de dinheiro e de posições, era Osório daqueles para quem a franqueza e a verdade constituem divisa inalterável de seu viver. Assim, tanto que leu os discursos de Silveira da Mota, não teve dúvida: escreveu-lhe, em 1 de agosto, pormenorizada carta, em que deixava claro, como a luz solar, o que, de feito, se passara em referência, não só ao combate de Itororó, como também ao reconhecimento à viva força de Humaitá, uma vez que, na véspera, pelo que dizia, lhe chegara a atoarda de haver dado Caxias versão contrária à sua, acêrca desta operação.

No respeitante ao combate de Itororó, o que asertoava Osório — e foi isso, justamente, o que aconteceu — é que, ao invés de se esquivar a êle, conforme parecia insinuar o *Diário de Operações do Exército*, tudo havia feito para compartilhar dêle. Se não chegara a tempo à retaguarda do adversário, para atacá-lo nesse ponto, e facilitar, dessarte, a travessia da ponte do Itororó pelas demais forças, foi isso: em primeiro lugar, por já se ter iniciado o combate, quando lhe chegou a ordem do comando-chefe; em segundo, por ser de três léguas e meia a distância que teve de andar, por arenosa estrada, e não apenas de légua e meia, de acôrdo com informação do guia, Major Céspedes, um dos escapos dos exércitos de Solano Lopez, que Caxias lhe encaminhara; e, por último, em virtude das resistências inimigas, com que se afrontara, no transcorrer da marcha. E, quanto ao reconhecimento de Humaitá, o que dizia é que só operou a retirada, à vista de ter sido essa a ordem que recebera do comando-chefe, por intermédio de seu ajudante-de-campo, Major Francisco Silveira. Se, em vez de ordem expressa para retirar-se, adiantava êle, lhe houvesse Caxias, como asseverava, outorgado a liberdade de fazê-lo, ou não, teria prosseguido no reconhecimento, apesar do avultado número de perdas com que já contava.

Recebida a carta do centauro guasca, Silveira da Mota não perdeu tempo: foi à tribuna, em 9 de setembro de 1870, e, dali, a recitou, entressachada de comentários mais ou menos acres, em que se empenhava por deixar Caxias em situação penosa.

O pior é que, na realidade, não havia contradição no que afirmava êste e no que dizia Osório. E não havia, pelo seguinte: relativamente ao combate de Itororó, por ser, também, Caxias, de opinião que o *Diário de Operações do Exército* não exprimia, em absoluto, o que se dera com o General Osório; e, com relação ao reconhecimento de Humaitá, por ser possível que houvesse Caxias, efetivamente, mandado dar a Osório a liberdade de retirar-se, ou de continuar a operação,

Conservador, fundado em 1840, por Araújo Lima, de haver falseado a verdade, no **Diário de Operações do Exército**, com respeito à atuação do Marquês do Herval, no célebre combate de Itororó, e, o que mais é, para diminuí-la. Enfeixados, depois, em fôlhetos, os três discursos que pronunciara, então, o senador goiano, foram êles endereçados ao General Osório, que os recebeu em Pelotas, no dia 13 de julho de 1870, ao tornar de largo passeio pela campanha do Rio Grande.

Embora, sabida e proclamadamente, homem de impressionante simplicidade e desambicioso de glórias, de dinheiro e de posições, era Osório daqueles para quem a franqueza e a verdade constituem divisa inalterável de seu viver. Assim, tanto que leu os discursos de Silveira da Mota, não teve dúvida: escreveu-lhe, em 1 de agosto, pormenorizada carta, em que deixava claro, como a luz solar, o quê, de feito, se passara em referência, não só ao combate de Itororó, como também ao reconhecimento à viva força de Humaitá, uma vez que, na véspera, pelo que dizia, lhe chegara a atoarda de haver dado Caxias versão contrária à sua, acêrca desta operação.

No respeitante ao combate de Itororó, o que assertoava Osório — e foi isso, justamente, o que aconteceu — é que, ao invés de se esquivar a êle, conforme parecia insinuar o **Diário de Operações do Exército**, tudo havia feito para compartilhar dêle. Se não chegara a tempo à retaguarda do adversário, para atacá-lo nesse ponto, e facilitar, dessarte, a travessia da ponte do Itororó pelas demais forças, foi isso: em primeiro lugar, por já se ter iniciado o combate, quando lhe chegou a ordem do comando-chefe; em segundo, por ser de três léguas e meia a distância que teve de andar, por arenosa estrada, e não apenas de légua e meia, de acôrdo com informação do guia, Major Céspedes, um dos escapos dos exércitos de Solano Lopez, que Caxias lhe encaminhara; e, por último, em virtude das resistências inimigas, com que se afrontara, no transcorrer da marcha. E, quanto ao reconhecimento de Humaitá, o que dizia é que só operou a retirada, à vista de ter sido essa a ordem que recebera do comando-chefe, por intermédio de seu ajudante-de-campo, Major Francisco Silveira. Se, em vez de ordem expressa para retirar-se, adiantava êle, lhe houvesse Caxias, como asseverava, outorgado a liberdade de fazê-lo, ou não, teria prosseguido no reconhecimento, apesar do avultado número de perdas com que já contava.

Recebida a carta do centauro **guasca**, Silveira da Mota não perdeu tempo: foi à tribuna, em 9 de setembro de 1870, e, dali, a recitou, entressachada de comentários mais ou menos acres, em que se empenhava por deixar Caxias em situação penosa.

O pior é que, na realidade, não havia contradição no que afirmava êste e no que dizia Osório. E não havia, pelo seguinte: relativamente ao combate de Itororó, por ser, também, Caxias, de opinião que o **Diário de Operações do Exército** não exprimia, em absoluto, o que se dera com o General Osório; e, com relação ao reconhecimento de Humaitá, por ser possível que houvesse Caxias, efetivamente, mandado dar a Osório a liberdade de retirar-se, ou de continuar a operação,

conforme se lhe afigurasse mais aconselhável, e sê-lo, igualmente, haver Osório recebido apenas, pelo Major Silveira, a ordem para retirar-se. De tal sorte, porém, já se haviam envenenado as coisas, que Caxias não trepidou em produzir um hiato em suas relações com o bravo companheiro e amigo de três decênios e de três campanhas.

Por maior agravamento, ainda, da situação, quando êste chegou à côrte, em 28 de abril de 1877, com o fim de tomar posse da cadeira de senador pela província do Rio Grande, para a qual fôra escolhido por carta imperial de 11 de janeiro do citado ano, o **Diário do Rio de Janeiro**, pertencente aos conservadores, ressentido, talvez, com as homenagens transordinárias com que o recebeu o povo, tachou-o de insubordinado, por se não haver, segundo declarava, apresentado a Caxias, que era, então, ministro. E a êsse motivo de agravamento, juntou-se, logo, outro: o discurso pronunciado pelo notável estadista Zacarias de Gois e Vasconcelos, do Partido Liberal, na sessão de 9 de maio de 1877, em resposta ao seu correligionário Silveira da Mota. Porque, estranhando o orador não haver Caxias, senador pela mesma província a que representava Osório, lhe estendido a mão, quando êste ocupou seu pôsto, não obstante se encontrarem apenas, entre ambos, duas ou três cadeiras, forçou o Duque a confessar de público que lhe não fôra apertar a mão — ainda que o tivesse cumprimentado — em vista de estar mal com êle, desde a divulgação da carta a que, antes, já me referi.

Era o epilogo. Zacarias, entre outras coisas, ainda disse, certamente para mais marfar e melindrar Caxias: “Quem sabe se não levam a mal que o Marquês do Herval esteja constantemente cercado de amigos, que mal lhe deixam tempo para sair? Quem sabe se isso infunde a alguém apreensões?” Mas não precisava. A catástrofe já se havia dado.

Afortunadamente, o tempo, extinguindo as labaredas crepitosas dos rancores e das prevenções, dos ciúmes e dos interesses, nos dá, hoje, que possamos juntar, no mesmo culto de amor e de veneração, o fidalgo e o plebeu, o prudente Caxias e o estudante Osório, dois dos grandes da Pátria, os maiores de nosso Exército.

Pena é, apenas, que nos não tenha aproveitado exemplo tão probatório dos graves males que a política pode causar aos militares que se não precetam contra as suas garras.

Sei eu que não é fácil resistir-lhe às seduções do canto. Êste, não há dúvida, é deveras extasiante como o das Sereias de que nos fala Homero, na décima segunda rapsódia do poema imortal em que celebra as longas viagens, e a volta à ftaca, de Odisseus, ou Ulisses. Prendam-se, porém, os militares, com os laços da fé e do entusiasmo, aos sagrados deveres da profissão, que tanta honra faz àqueles que se votam a ela, tal qual, ao mastro de sua nau, se atou, por conselho de Circe, à “deusa preclara”, o avisado Ulisses, e deixem que embalde os chame a velha dama de voz amena e coração amargo. Não se abeirem dela. Os que o fazem, acabam, sempre, na dor e nas lamentações, no abandono e no arrependimento. É a lição da História.